

# Assembleia Legislativa do Estado do Acre Legisla-e

# LEI ORDINÁRIA Nº 4522, DE 26 DE FEVEREIRO 2025

Altera a Lei nº 3.673, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o parcelamento incentivado de débitos ficais relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, para tratar das condições e dos percentuais de multas e juros para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal 2021 - REFIS 2021.

Data de Criação

26/02/2025

Data de Publicação

28/02/2025

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 13.974, de 28/02/2025

Origem

Governo do Estado do Acre

Tipo

Lei Ordinária

Temática

Autoria

- Alteração de Artigos
- Circulação de Mercadorias

Poder Executivo

#### Altera

#### Alterada por

Lei Ordinária Nº 3673/2020

Sem Alterações

## Texto da Lei

## **LEI Nº 4.522, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025**

Altera a Lei nº 3.673, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o parcelamento incentivado de débitos ficais relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, para tratar das condições e dos percentuais de multas e juros para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal 2021 - REFIS 2021.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** A Lei nº 3.673, de 31 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ... ... III - ...

- **d)** em até trinta e seis parcelas mensais e sucessivas, com redução de sessenta e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e dos juros de mora;
- **e)** em até quarenta e oito parcelas mensais e sucessivas, com redução de sessenta por cento das multas punitivas e moratórias e dos juros de mora.

§ 2º Na hipótese de opção pelo pagamento do débito na forma das alíneas "b", "c", "d" e "e" do inciso III do caput, a primeira parcela será de, no mínimo, dez por cento do saldo consolidado com o desconto correspondente." (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Página 2 de 3

Rio Branco - Acre, 26 de fevereiro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e  $64^\circ$  do Estado do Acre.

## Gladson de Lima Camelí

Governador do Estado do Acre